



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000443918

DECISÃO MONOCRÁTICA

Apelação Cível Processo nº 1507665-57.2023.8.26.0302

Relator(a): **SILVA RUSSO**

Órgão Julgador: **15ª Câmara de Direito Público**

Comarca de Jaú

Apelante: Município de Mineiros do Tiete

Apelada: Imobiliária Peralta Ltda.

Vistos.

Cuida-se de apelação tirada contra a r. sentença de fls. 108/110, a qual julgou extinta a presente execução fiscal, sem resolução do mérito, nos termos do *artigo 485, incisos I e VI, do Código de Processo Civil*. Embargos de Declaração (fls. 113/120), rejeitados (fls. 122/123). Busca a municipalidade, nesta sede, a reforma do julgado, alegando que os requisitos do *artigo 3º, parágrafo único, da Resolução 547/2024 do CNJ* não são cumulativos; que a CDA goza de presunção de veracidade e não pode ser afastada de plano pelo juízo; que o município possui legislação específica (Lei 899/1996) estabelecendo o valor mínimo para ajuizamento de execuções fiscais; e que a soma das execuções em face do executado ultrapassa R\$10.000,00 (fls. 126/133).



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Recurso tempestivo, isento de preparo, sem resposta e remetido a este E. Tribunal.

É o relatório, adotado, no mais, o da respeitável sentença.

O *Colendo Superior Tribunal de Justiça* entendeu que o valor de alçada, para os fins do *artigo 34 da Lei nº 6.830/80* será 50 das antigas ORTNs, convertidas para 50 OTNs = 308,50 BTNs = 308,50 UFIRs = R\$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos) até janeiro de 2001 — quando foi extinta a UFIR e desindexada a economia — atualizando-se, desde então, aquela importância, pela variação do IPCA-E (cf. *REsp nº 1.168.625/MG, 1ª Seção, rel. Min. LUIZ FUX, julgado em 09/06/2010, na sistemática do artigo 543-C do CPC e Resolução STJ nº 08/2008*), certo que nestes casos os recursos cabíveis contra a sentença serão apenas para o próprio Juiz do feito, a título de embargos declaratórios ou infringentes.

O montante a ser verificado, para apuração daquele limite recursal, é o vigente ao tempo da distribuição da ação executiva — em 11/12/2023 (fl. 02) — correspondente, então, à R\$ 328,27, atualizado pelo mencionado índice inflacionário, que naquela data perfazia R\$ 1.328,03 (mil, trezentos e vinte e oito reais e três centavos).

E apontado na inicial desta execução fiscal o valor total do débito — de R\$ 255,38 (duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos — fls. 01/02) — inferior ao montante constatado, o recurso adequado seria o de embargos infringentes, na espécie, não manejado.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pretendeu o legislador, com isso, atribuir maior celeridade processual aos feitos com menor expressão econômica.

Assim já decidiu este Egrégio Tribunal de Justiça, em v. acórdão, cuja ementa esclarece:

"Ao ser editada a Lei 6.830/80, que disciplinou o procedimento da cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, o escopo do legislador foi o de conferir maior celeridade à execução fiscal, tanto assim que, para por cobro ao exercício recursal, em causa de alçada inferior a 50 ORTN é que o artigo 34 dispôs que os recursos cabíveis seriam o dos embargos de declaração e o dos embargos infringentes ao próprio julgador monocrático" (Apelação Cível nº 253.171-2, rel. Des. MASSAMI UYEDA, julgada em 30/01/1995).

No mesmo sentido, precedentes publicados nas RTs 557/125, 558/127, 560/129 e 570/93.

O aludido dispositivo legal está em vigor — pois não foi revogado expressa ou tacitamente por qualquer outro — até porque se trata de regra da legislação especial, que nada tem de inconstitucional, regulando somente a alçada recursal, vale dizer, o direito ao duplo grau jurisdicional.

Sua constitucionalidade, ademais, foi ratificada pelo *Colendo Supremo Tribunal Federal* no julgamento do *Recurso Extraordinário com Agravo* nº 637.975/MG, ocorrido em 09/06/2011, sob a relatoria do i. Ministro CEZAR PELUSO, onde se reconheceu a repercussão geral no assunto, com a seguinte ementa:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“RECURSO. Agravo convertido em Extraordinário. Apelação em execução fiscal. Cabimento. Valor inferior a 50 ORTN. Constitucionalidade. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido. É compatível com a Constituição norma que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN.”

Logo, figurando esta causa, dentre aquelas com alçada recursal restrita, na forma do referido preceito legal, revela-se negativo o juízo de admissibilidade deste recurso.

Enfim, nem se cogite da aceitação do presente, em face do princípio da fungibilidade, pois, não observado o texto expresso do *artigo 34 da Lei nº 6.830/80*, no ato da interposição recursal, trata-se de manifesto equívoco da apelante.

Por tais motivos, não se conhece do apelo municipal por inadmissível, a teor do *artigo 932, inciso III, do vigente Código de Processo Civil* e não se tratando de vício ou falta de documentação, inaplicável, ao caso, o seu parágrafo único.

Intimem-se.

São Paulo, 7 de maio de 2025.

SILVA RUSSO
Relator